

O SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO: UM DESAFIO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Sueli de Oliveira Pimentel – UFPB

Eládio José de Góes Brennand – UFPB

RESUMO

O presente estudo aborda as contribuições e desafios da avaliação educacional e institucional no contexto do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), o qual busca fornecer informações para as tomadas de decisões na implementação de políticas públicas, e conseqüente, contribuição para melhoria da qualidade da educação básica. Temos como objetivo analisar através das dimensões intra e extraescolares o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE, verificando a presença dos indicadores no Sistema de Avaliação implantado que se correlacionam com os parâmetros selecionados. Este trabalho é de cunho qualitativo, conforme natureza de classificação metodológica de acordo com Gil (2008) e Severino (2007), tendo como foco instrumentos avaliativos de coleta de informações, realizando levantamento dos questionários do SAEPE. Quanto aos objetivos, conforme Vergara (2007) realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva de caráter documental, que conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007) corrobora na busca de significações, recorrências e frequências temáticas visando o estabelecimento de um panorama que perpassa os documentos analisados e apresente reflexões importantes para a pesquisa, utilizando o levantamento de documentos de fonte primária, cuja intenção foi compreender a relação entre os indicadores de qualidade na educação, como também, realizar levantamento e análise de registros oficiais disponíveis que regulamentam a avaliação externa e institucional implantadas nas Escolas de Ensino Médio de Pernambuco. Ao final deste trabalho, pode-se verificar que os instrumentos avaliativos do Sistema de Avaliação proporcionam melhor conhecimento das escolas da rede pública de Pernambuco, trazendo importantes informações que se disseminadas, são capazes de potencializar a implementação de um projeto político pedagógico viável, contemplando a importância dispensada às dimensões intra e extraescolares, voltado para o cumprimento das metas educacionais propostas, por meio de uma gestão com visão estratégica, pautada por ações que efetivem a melhoria da qualidade da educação pública. Palavras-chave: Sistema de Avaliação. Educação Básica. Qualidade na educação.

1- Introdução

São práticas que devem fazer parte do cotidiano do ser humano e devem ter como objetivo a melhoria de condições de vida através dos resultados expostos: a avaliação e o planejamento. Avaliar-se a si mesmo é um momento de reflexão interior, árduo e um tanto complexo, rodeado de desafios. Avaliar em educação, ou melhor, avaliar a educação formal, existente em nossos sistemas de ensino brasileiro, apresenta um desafio muito maior, pois fazemos parte de uma imensa rede aonde as relações interpessoais são

imprescindíveis e a visão de futuro sobre os rumos da avaliação voltada para crescimento educacional faz toda a diferença.

Desta forma, a avaliação institucional percorre caminhos aonde seus resultados podem subsidiar a gestão escolar tendo em vista a melhoria da qualidade da educação. Afinal, através dela podemos conhecer a realidade e trilhar um futuro melhor, buscando, intervindo e aprimorando ações que reflitam positivamente na realidade diagnosticada e passível de intervenção com o intuito de alcançar as metas propostas. Agindo assim estará pautada de uma quantidade substancial de informações e dados para reflexão e a partir destes, propor ações corretivas e necessárias para melhoria da qualidade da educação, missão árdua em nosso contexto educacional devido aos entraves internos e externos, quer seja pelas múltiplas atribuições da gestão escolar ou pela burocracia dos órgãos superiores educacionais que impedem a seu devido tempo os resultados de determinados dados ou informações necessárias em tempo hábil.

Deste modo, Fernandes (2002) evidencia a importância de uma gestão escolar pautada pela efetivação da avaliação institucional como compromisso e desafio permanentes de melhoria da educação:

A escola que passa por um processo avaliativo sério e participativo descobre sua identidade e acompanha sua dinâmica. Muita coisa aprende-se com esse processo. Mas o que fica de mais importante é a vivência de uma caminhada reflexiva, democrática e formativa.

Todos crescem. Os dados coletados mudam, mas a vivência marca a vida das pessoas e renova esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade. Avaliação Institucional é, portanto, um processo complexo e não há, pronto para consumo, um modelo ideal e único para as escolas. Ela precisa ser construída. É o desafio de uma longa caminhada possível e necessária (FERNANDES, 2002, p. 140).

Neste sentido, a avaliação institucional se apresenta como uma prática viável que se caracteriza por um processo de construção e reconstrução contínuo que precisa ser melhor esclarecido, debatido e difundido entre a comunidade escolar, pois toda avaliação gera resistências e conflitos, sendo necessário o delineamento de uma perspectiva transformadora que envolva todos em prol de uma educação pautada pela qualidade.

Acreditamos também que contribui para concentração de esforços em torno da necessidade de um olhar voltado para os indicadores de qualidade das escolas públicas de educação básica de Pernambuco, e de forma, mais precisa, de sua última etapa, o Ensino Médio, tendo em vista alcançar a qualidade da educação básica nas escolas da rede pública,

persistindo na importância de uma gestão escolar atuante e que corrobore para o êxito desse empreendimento.

A relevância da melhoria do sistema educacional brasileiro é inquestionável, assim como políticas públicas voltadas para “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, garantia existente no Art. 206 da nossa Constituição Federal de 1988. Ainda, em seu art. 215, a Constituição Federal salienta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal 1988, Art. 215)

Fato comprovado referente ao amplo desafio posto diante de tamanha demanda em busca de igualdades é confirmado com a participação do Brasil em diversas conferências em âmbito internacional relativos a políticas públicas educacionais, inclusive com a assinatura de acordos, ratificando seu compromisso com a educação pública ofertada nas escolas.

Desta forma, a Constituição Federal, ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9.394/96, destaca a necessidade da garantia do padrão de qualidade de ensino e aprendizagem nas escolas. Importante salientar o cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal que preconiza a necessidade de ações integradas entre os poderes federados para a garantia da qualidade de ensino:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação, para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos Poderes Públicos das diferentes esferas federativas, que conduzam à (...) III- melhoria da qualidade do ensino. (Constituição Federal, 1988)

Quanto ao acompanhamento da qualidade na educação básica, o atual Plano Nacional de Educação - PNE, vigente desde 2014, destaca a importância de utilizar o IDEB, que é índice obtido a partir dos dados do rendimento escolar (aprovações) apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes na avaliação nacional do rendimento escolar, como forma de acompanhar a evolução para avaliar a qualidade do ensino, baseado em uma avaliação nacional do rendimento escolar, bem como ressalta a necessidade de aprimoramento dos instrumentos

de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio para alcance das metas e qualidade para cada etapa escolar até 2021.

Assim, a Meta 7 do PNE 2014, apresenta como medida as seguintes médias nacionais para o IDEB:

Tabela 1 – Médias IDEB, período 2011 - 2021

Ideb	2011	2013	2015	2017	2019	2021
AI - Ensino Fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
AF - Ensino Fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Elaboração própria, cf informações do INEP/PNE 2014

A problemática que desejamos enfatizar foi muito bem exposta por Ristoff (2011) quanto ao significado da avaliação institucional e seu caráter gerencial, salientando que:

A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la, criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significado. Sem um trabalho interpretativo, os dados serão apenas marcas sobre tabelas e gráficos, sem utilidade gerencial. (RISTOFF, 2011, p. 50, in DIAS SOBRINHO)

Desta forma, a avaliação institucional, ganha importância, pois abre caminho para a continuidade do processo que não é um fim em si mesmo, mas um subsídio minucioso de toda uma compilação deste processo, interpretando os contextos e relações vivenciadas até a produção final de um dado período e se apresenta como uma prática viável, caracterizada por um processo de construção e reconstrução contínuo que necessita de maior difusão, tendo como principal articulador a gestão escolar comprometida com a formação da cidadania e a transformação social além dos muros escolares.

Assim, nossa intenção é compreender o processo de avaliação institucional como política avaliativa existente na rede de ensino público estadual de Pernambuco, identificando e selecionando as dimensões ou parâmetros intra e extraescolares presentes, e de que forma a presença e a amplitude destes corroboram para a promoção da qualidade da educação nas escolas de Ensino Médio da rede estadual de educação de Pernambuco. O presente artigo fundamenta-se na pesquisa em andamento intitulada “O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco: um desafio para a melhoria da qualidade da

educação” e tem como foco a análise do Sistema de Avaliação Estadual de Pernambuco – SAEPE, e através deste, realizar algumas reflexões sobre a avaliação institucional e a estreita relação entre esta e as dimensões intra e extraescolares selecionadas, tendo em vista o alcance da qualidade da educação básica nas escolas públicas.

1.2- Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, conforme natureza de classificação metodológica de acordo com Gil (2008) e Severino (2007), e aborda a análise do Sistema de Avaliação Educacional das escolas da rede estadual do Ensino Médio de Pernambuco, tendo como foco os instrumentos avaliativos de coleta de informações, realizando um levantamento dos questionários do SAEPE.

Quanto aos objetivos deste trabalho, de acordo Vergara (2007) realizaremos uma pesquisa exploratória e descritiva de caráter documental, que conforme Dourado, Oliveira e Santos (2007) corrobora na busca de significações, recorrências e frequências temáticas visando o estabelecimento de um panorama que perpassa os documentos analisados e apresente reflexões importantes para a pesquisa, utilizando o levantamento de documentos de fonte primária, cuja intenção é dispor de dados para compreender a relação entre os indicadores de qualidade na educação e contemplar e abrangência destes na Avaliação do Sistema Educacional/ Institucional.

De posse dos dados e informações necessárias, estas serão agrupadas, segundo as fontes, para em seguida iniciarmos a elaboração de quadros e esquemas comparativos. O percurso necessário para obtenção das informações possibilitará obter um diagnóstico fidedigno para que a análise efetivada permita a geração de reflexões e interpretações mais aprofundadas sobre o fenômeno em estudo.

Cabe ressaltar que este artigo contempla o resultado parcial da pesquisa, pois enfoca apenas o resultado de parte da revisão bibliográfica e documental.

2- Avaliação Institucional: um desafio para a gestão dos sistemas e das escolas

Em âmbito educacional, por mais que avanços possam ser observados no campo da avaliação no que concerne aos resultados apresentados quanto ao desempenho dos estudantes, ainda existe um longo caminho a percorrer para que a cultura avaliativa esteja

atrelada ao desempenho da escola no que diz respeito os debates relacionados à conscientização da avaliação compreendida sob o aspecto de um processo muito mais abrangente que envolve todo o sistema educacional e que implica no respaldo de tomada de decisões concretas que aditem esforços para a convergência de medidas em prol do crescimento dos sistemas educacionais.

A ampliação de investimentos associados a um olhar mais apurado sobre a convicção de que o crescimento de uma nação certamente está atrelado a elevação do nível de escolaridade de seus habitantes. Haja vista, nos últimos anos o acesso e a ampliação da oferta de vagas para a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, devido a quase universalização do Ensino Fundamental em nosso país.

Muitas são as implicações da nova realidade nacional para a educação, mediante as transformações que a contemporaneidade traz devido a globalização, impactando e desafiando a implantação das políticas públicas educacionais como um todo, atrelando ideologias e intenções, tão bem expostos por Ferreira (2011):

É a intencionalidade do que se quer fazer que define a direção da ação e as formas e organizar a execução. É a intencionalidade – que se expressa nos objetivos – que irá nortear aquilo que se apresenta como desejado e necessário. Isso implica a explicitação de determinada intenção de ações, da definição dos fins que se quer alcançar, que se sustentam naquilo que tem valor para a coletividade em determinado momento histórico em uma dada sociedade. (FERREIRA, 2011, p. 133)

Conforme destaca Castro (2009), a implantação das avaliações externas pelos sistemas de avaliação, tem como foco conhecer o desempenho das redes de ensino e empreender esforços para o alcance da qualidade na educação:

Independente dos motivos que levam à criação de sistemas de avaliação parece haver concordância quanto ao seu importante papel como instrumento de melhoria da qualidade. Como os resultados da educação não são diretamente observáveis em imediatos, dada a heterogeneidade do corpo docente e da situação socioeconômica familiar dos alunos, só é possível obter uma visão geral do desempenho dos sistemas educacionais mediante uma avaliação externa em larga escala. (CASTRO, 2009, p. 275)

Os investimentos empregados no campo educacional impulsionam a necessidade de garantir amplas reflexões sobre os resultados que ultrapassam o interior das escolas públicas e chegam aos gabinetes das secretarias de educação e de órgãos superiores, como Ministério da Educação. Para Souza (1997), a forma como é conduzido o processo avaliativo, esboça a abordagem e a visão de mundo do grupo que a define:

Os critérios de avaliação não são estabelecidos de modo dissociado das posições, crenças, visões de mundo e práticas sociais de quem os concebe, mas emergem da perspectiva filosófica, social e política de quem faz o julgamento e dela são expressão. Assim, os enfoques e critérios assumidos em um processo avaliativo revelam as opções axiológicas dos que dele participam” (SOUZA, 1997, p. 127)

Quanto à avaliação, sua prática está intimamente atrelada aos resultados, apurados mediante o desempenho verificado nas escolas e a exposição e reflexão sobre os indicadores pesquisados, trazendo embasamento às políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aprimoramento da gestão escolar e da educação pública oferecida pelos sistemas educacionais.

O monitoramento realizado durante todo o processo deve ser realizado a partir da observação, descrição e análise do que foi realizado em um dado período com o objetivo de verificar se o desenvolvido trouxe impactos favoráveis ao planejado como medida de sucesso.

Fernandes (2001) explicita que a avaliação institucional é encarada por muitos com receio, pois:

Existe certo tabu em relação à Avaliação Institucional: é um assunto que muitos temem, alguns consideram difícil, outros acham que é politicamente proibido. Estas relações dificultam a construção de um processo avaliativo confiável, voltado para a qualidade do ensino, a recuperação da dignidade profissional do educador e a autonomia da escola. (FERNANDES, 2001, p. 09)

Desta feita, o papel social da escola sofre mudanças, por conveniência ou necessidade de se adequar ao novo, frente às pressões internas ou externas, sempre tendo em vista a melhoria da qualidade na prestação de serviços educacionais, por isso, a necessidade da efetivação da avaliação institucional é uma questão de ordem atual, pois os olhares estão voltados para as escolas como instituições formadoras de cidadãos, e local propício para construção e socialização do conhecimento produzido.

Para Libâneo (2001), a avaliação do sistema escolar e das escolas, é uma responsabilidade da gestão dos sistemas de ensino e tem por objetivo coletar dados quantitativos e qualitativos dos indicadores escolar, entre eles: alunos, professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade do ensino, com o intuito de revelar um panorama geral da escola, de um conjunto de escolas ou de um sistema escolar e seu desenvolvimento real.

3- Indicadores da Qualidade na Educação, uma abordagem necessária na avaliação institucional

É notória a necessidade de elevar a qualidade da educação brasileira, mas o que entendemos por qualidade? O que podemos analisar para ter parâmetros que mensurem a qualidade educacional? Afinal, que qualidade queremos atingir em nossas escolas? Essa qualidade deve ser compreendida como algo dinâmico, que deve ser reconstruído constantemente e coletivamente. Assim, toda escola tem a autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação, já que não existem modelos acabados ou receitas milagrosas para alcançar a qualidade na educação.

Refletindo sobre a qualidade da educação, Dourado, Oliveira e Santos (2007) abordam reflexões que expõem a necessidade do desenvolvimento de dimensões intra e extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educacionais para que uma escola seja considerada de qualidade ou escola eficaz:

Estudos, avaliações e pesquisas mostram que a Qualidade da Educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, e muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos (...) bem como a sua mediação por fatores e dimensões extra-escolares, bem como intra-escolares. (DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p. 6)

Conforme o INEP/MEC (2005), os Indicadores da Qualidade na Educação foram desenvolvidos para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade das escolas, por conseguinte, os indicadores são sinais que dimensionam aspectos de determinada realidade e que podem nortear a avaliação institucional.

Dorneles (2011) explica que na avaliação das políticas públicas, os indicadores diferenciam-se conforme os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Sendo que eficiência pode ser entendida como a utilização dos recursos e sua relação com o serviço prestado, a eficácia é compreendida ao grau de atingimento das metas estabelecidas num dado momento e a efetividade é medida abrange os efeitos provocados em termos de benefícios revertidos para a sociedade.

Assim, os indicadores foram identificados com o intuito de observar o grau de qualidade nas escolas num esforço conjunto de reflexão sobre os aspectos que influenciam

no diagnóstico final e como forma de tornar mais visível das dimensões intra e extraescolares avaliadas.

4- Dimensões intraescolares

Em termos de Qualidade da Educação, a análise da situação escolar deve considerar as dimensões intraescolares (infraestrutura e recursos humanos) que afetam, sobretudo, os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa na medida em que aparecem diretamente nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, no papel e nas expectativas sociais dos alunos, no planejamento pedagógico, nos processos de participação, na avaliação e no sucesso escolar dos estudantes.

5- Dimensões extraescolares

A análise da situação escolar no tocante à Qualidade da Educação não pode deixar de considerar as dimensões extraescolares que apresentam as possibilidades de superação das condições dos que se encontram em situações menos favoráveis e que comprometem os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa, assim os efeitos dessas dimensões não podem ser relegados a segundo plano se queremos efetivamente produzir uma educação de qualidade para todos.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) exemplificam que essas dimensões extraescolares podem ser entendidas como fatores externos que atingem indiretamente os resultados educacionais, tais como: renda familiar, o acesso à cultura e à tecnologia (Internet), a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, o apoio da família aos estudos, as atividades extracurriculares, dessa forma, esses fatores interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos estudantes.

6- Seleção das dimensões intra e extraescolares

Buscamos atrelar as dimensões intra e extraescolares relativas a qualidade na educação explicitadas em Dourado, Oliveira e Santos (2007), Dourado e Oliveira (2009) e Almeida Filho (2014) a fim de analisá-las junto ao instrumento avaliativo utilizado pela

Secretaria de Educação de Pernambuco definindo os fatores que consideramos relevante quanto ao alcance do padrão de qualidade e atingimento das metas educacionais.

Para estruturação desse estudo, consideramos imprescindível a esquematização de dados para a rede estadual de ensino de Pernambuco, no que tange a apresentação das dimensões e suas variáveis referente a infraestrutura das escolas – obtida pelos ambientes de aprendizagem; dimensão didático-pedagógica – obtida através do quantitativo aluno/sala de aula, quantificando as matrículas dos estudantes em turmas regulares e integrais, percentual de aprovação e reprovação escolar; qualificação do corpo docente – obtida através do perfil dos docentes com titulação, professores que lecionam na sua área de qualificação; perfil sociopedagógico – que acarretam a evasão escolar; perfil socioeconômico das famílias atendidas pela escola – obtido pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Vincular essas dimensões aos testes padronizados – desempenho da proficiência em avaliações externas (SAEPE) do Ensino Médio nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática podem contribuir para uma análise mais ampla dos resultados educacionais.

6.1- Dimensões e indicadores selecionados

I- Infraestrutura das escolas

A- Ambientes de aprendizagem

É a variável encontra-se amparada no atual PNE, estratégia 6.3, e é responsável pela certificação da existência de salas e de ambientes que ajudam no processo de aprendizagem e que identifica a rede física da rede estadual de Pernambuco, responsável pela educação ofertada no Ensino Médio, tendo em vista os espaços destinados aos seguintes ambientes: laboratório de língua, laboratório de ciências, laboratório de informática, quadra poliesportiva, sala de leitura ou biblioteca, e dependências para pessoa portadora de necessidades especiais.

II- Didático-Pedagógica

A- Quantitativo aluno/sala de aula em turmas regulares e integrais do Ensino Médio

Realizar a devida correlação quantitativo de estudantes/sala de aula é uma ação que deve ser planejada conforme a capacidade instalada de cada escola, tendo por base o quantitativo de salas, estudantes e turnos atendidos. Turmas numerosas certamente apresentam dificuldade de aprendizagem, que muitas vezes, não conseguem sequer ser diagnosticadas pelos professores.

B- Aprovação Escolar

O fluxo escolar é compreendido como a relação entre os estudantes matriculados em um dado ano letivo, tendo por base ao final do ano letivo o percentual de estudantes que obtêm a progressão dos estudos e os que os que não logram êxito e são reprovados. Nesse caso, a aprovação ou reprovação em si não caracteriza aprendizagem efetiva, no entanto, é esperado que a aprovação traga consigo o sucesso da aprendizagem durante o ano letivo, tornando o estudante apto a novos desafios de aprendizagem.

C- Reprovação Escolar

A reprovação escolar, notadamente traz prejuízo para o estudante, para a escola e para o sistema, cabendo nesse caso, em suas devidas proporções, medidas viáveis para que os problemas decorrentes da reprovação sejam combatidos, com o intuito de minimizar o prejuízo escolar, não aumentando as estatísticas de distorções idade/série, a desmotivação pelos estudos, entre outras situações que possam ocorrer.

III- Corpo docente

A- Docentes com pós-graduação Lato Sensu

Garantir que os profissionais da educação tenham titulação e qualificação adequadas, oportunizando condições propícias para que o trabalho docente seja condizente com a melhoria do desempenho e da aprendizagem dos estudantes, é uma importante variável para o alcance da educação de qualidade nas escolas e para a construção do conhecimento, através da prática pedagógica, como ação planejada e refletida no cotidiano escolar com o objetivo de alcançar a aprendizagem do estudante.

B- Professores que lecionam na área de habilitação

Os resultados positivos alcançados com formação inicial e continuada, bem como a valorização docente tem se apresentado como pauta frequente de luta da categoria. Este é um importante indicador de qualidade, pois afere o índice de professores que efetivamente lecionam em sua área de habilitação com licenciatura, garantindo que o professor atue utilizando os conhecimentos e metodologias dentro de sua área específica de habilitação, proporcionando a qualidade pedagógica e efetividade do ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, quando se leciona sem a habilitação na área de atuação, inicia-se um processo de fragilização e desprofissionalização do trabalho docente.

IV- Evasão Escolar

A- Evasão

Um dos principais desafios atuais de nossas escolas é atenuar a defasagem idade-série. Para isso, é necessário concentrar esforços tanto no acesso, proporcionando vagas em número ideal para garantir a matrícula na idade certa, e também com a efetividade da aprendizagem, ofertando escolas com qualidade para os estudantes, bem como, atacando as ameaças internas e externas que geram o abandono escolar e a desmotivação pelo prosseguimento nos estudos.

São inúmeras as causas que geram a evasão: dificuldade de aprendizagem, distorção idade/série, incompatibilidade de horário relacionado a estudos/trabalho, problemas familiares, entre outros. As razões para que esse indicador seja mensurado, faz com que o mesmo seja caracterizado em dado momento como um fator intraescolar e em outro, como fator extraescolar, a classificação dependerá da causa que gerou a evasão.

V- Dimensão Socioeconômica da família

A- Índice IDH-M

Esta variável extraescolar talvez seja a que impacte sobremaneira, pois contempla fatores associados à longevidade, renda familiar, o grau de escolaridade dos pais, o que pode desencadear um processo de fora para dentro da escola que afete o desempenho do

estudante e que pouco pode ser modificado, pois não depende de ações a nível educacional para que a realidade seja transformada.

O indicador IDH-M é constituído pela avaliação de critérios relacionados à saúde, educação e renda das famílias dos municípios aonde se encontram as escolas pertencentes a essa pesquisa. Em termos numéricos o índice do IDH-M é calculado de zero (0) a um (1), aonde zero (0) significa nenhum desenvolvimento humano e um (1), representa desenvolvimento humano total.

VI- Dimensão Teste Padronizado

A- SAEPE

A importância da efetivação da avaliação em larga escala encontra suporte na legislação brasileira, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). O objetivo é alcançar através da avaliação educacional em todos os níveis, embasamento e dados reais através de um instrumento que levem as políticas públicas a acompanhar os avanços e desafios diagnosticados com a possibilidade de estabelecer tomada de decisões.

O Sistema de Avaliação de Pernambuco – SAEPE, teve sua primeira edição em 2000, sendo reestruturado em 2008 é aplicado em todas as escolas da rede pública pernambucana nos 3º, 5º e 9º Anos do Ensino Fundamental e no 3º Ano do Ensino Médio, sendo avaliados os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Utiliza a Teoria da Resposta do Item (TRI) e visa analisar os aspectos cognitivos, os diferentes níveis de desempenho, visualizando através dos resultados casos aonde exista discrepância entre aqueles que apresentam um maior grau de desenvolvimento nas habilidades avaliadas e aqueles que apresentam menores graus de desenvolvimento nas referidas habilidades, permitindo ações e políticas educacionais que objetivem à promoção da equidade.

Com os resultados, calcula-se a proficiência, que é a medida de desempenho dos estudantes nas habilidades avaliadas, através de quatro Padrões de Desempenho: Elementar I, Elementar II, Básico e Desejável. A partir da proficiência e do fluxo escolar observado nos dados divulgados no site do INEP/Educacenso é gerado o IDEPE – Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco – esse índice é a versão pernambucana do IDEB.

Almeida Filho (2014) considera importante a reflexão advinda da avaliação de desempenho escolar desde que associado às condições de infraestrutura da escola, de qualificação do corpo docente, da cobertura de atendimento à população e do contexto socioeconômico da localidade da escola, do aluno e da família, para assim construir as relações entre o desempenho e a realidade encontrada a partir de um contexto mais amplo que a simples aplicação de um instrumento avaliativo.

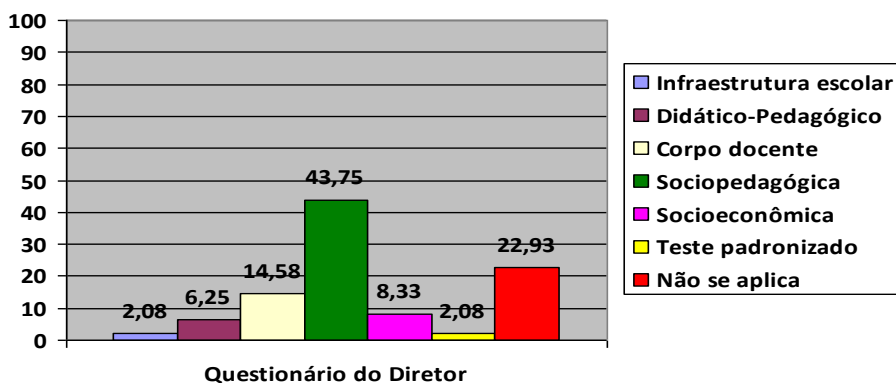
7- Análise e resultados

Este estudo considera importante a reflexão advinda da avaliação de desempenho escolar desde que associado às condições de infraestrutura da escola, de qualificação do corpo docente, da cobertura de atendimento à população e do contexto socioeconômico da localidade da escola, do aluno e da família, para assim construir as relações entre o desempenho e a realidade encontrada a partir de um contexto mais amplo que a mera aplicação de um instrumento avaliativo.

A análise dos dados aqui apresentados é relativa ao Questionário do Diretor – SAEPE, composto por 48 questões que são respondidas pelo diretor da escola concomitante à aplicação da avaliação externa das turmas avaliadas pelo SAEPE. Em relação às dimensões, constatamos que as dimensões mais exploradas são referentes às dimensões: Sociopedagógica (21 questões) e corpo docente (07 questões).

A ênfase abordada na dimensão sociopedagógica é observada pela preocupação com uma gestão escolar atrelada a gestão democrática, gestão de resultados e clima escolar, este último evidenciado nas relações interpessoais entre as diversas interações dos sujeitos da comunidade escolar.

Questionário do Diretor – SAEPE e as dimensões intra e extraescolar



Acreditamos ainda que o referido Questionário deveria se aprofundar sobre questões relativas ao acompanhamento do rendimento escolar dos estudantes e as dificuldades de aprendizagem detectadas, ações de combate ao fracasso escolar, participação em formações continuadas para gestão escolar, bem como sobre a elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do projeto político pedagógico, afinal, o diretor da escola é a pessoa mais preparada para responder aspectos que contemplem a globalidade da escola.

8- Considerações Finais

O conhecimento sobre as reais condições dos sistemas educacionais quando o assunto é qualidade de ensino deve ser encarado como uma tarefa desafiante e de longo prazo. As avaliações educacionais e institucionais proporcionam um retrato fiel de como se encontram o cotidiano educacional, fato comprovado nos resultados divulgados pelos órgãos e instâncias responsáveis.

Entende-se a avaliação institucional como um procedimento que analisa a instituição em sua totalidade, mostrando a realidade e as áreas mais vulneráveis que necessitam de intervenção. Assim, a avaliação institucional é uma oportunidade aonde seus dados e informações devem ser considerados para a redefinição de ações em prol da melhoria da escola e dos sistemas.

Quando são diagnosticados retrocessos ou estagnações é preciso descobrir o que causou as falhas, que podem ser geradas pelo excesso de burocratização do sistema durante o processo, e principalmente, como será realizado um planejamento factível para minar essas deficiências.

Acreditamos que a viabilidade das dimensões intra e extraescolares são pertinentes e não devem ser relegadas a segundo plano, sendo necessário que ações se efetivem nas diversas esferas educacionais para disseminação do conceito, com vistas a melhoria crescente dos resultados.

As possibilidades de efetivação da avaliação institucional como instrumento da gestão garantem a comunidade escolar um olhar reflexivo sobre a realidade e que devem ser utilizadas para a construção da identidade educacional pública de qualidade nas escolas de ensino médio em Pernambuco em prol da melhoria significativa do cenário por ora

encontrado nas instituições públicas educacionais que precisam percorrer um longo caminho para vislumbrar a qualidade educacional.

Com a discussão sobre as limitações e possibilidades deseja-se promover o debate acerca desta nova realidade que precisa adentrar as escolas de educação básica brasileiras. Considerando que permite mudanças nas práticas e, por conseguinte, na qualidade da educação, é preciso ter a avaliação institucional como uma realidade possível nos espaços escolares, sensibilizando os diversos atores do processo das organizações educacionais em todos os seus graus hierárquicos para adoção da prática da avaliação institucional e para a necessidade de desenvolver ações de estímulos a práticas de reflexão/ação dos resultados apresentados em contrapartida às metas propostas no âmbito educacional.

Abre-se então, o espaço para futuras discussões sobre o assunto e inclusive para outras pesquisas relativas aos avanços obtidos com a inserção destes instrumentos mediadores da melhoria da qualidade da educação básica.

Referências

ALMEIDA FILHO, Álvaro Cavalcante de. **Modelo de mensuração do desempenho dos Institutos Federais: uma análise a partir de microdados**. João Pessoa: UFPB, 2014. 230 f. (Dissertação de Mestrado)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 05 de out.1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 23 de dez.1996.

_____. **Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 de 25/06/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024. Brasília. 2014.

CASTRO; Maria Helena Guimarães de. **A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil**. Revista Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271 - 296, set./dez. 2009.

DORNELES, Rachel Pereira. **Avaliação da educação profissional: um estudo sobre indicadores educacionais específicos**. Brasília: UNB, 2011. 138 f. (Dissertação de mestrado). Disponível em repositorio.unb.br/handle/10482/9521>.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. 2009. Cadernos Cedes/UNICAMP, Campinas, v. 29, n. 78, p.

201-215, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>.

_____; _____; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2002.

_____. **Progestão: Como desenvolver a avaliação institucional da escola? Módulo IX** / Maria Estrela Araújo Fernandes, Isaura Belloni; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. – Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 7ª ed. Cortez. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP/MEC. **INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**. Ação educativa. UNICEF, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**, 5ª edição, Goiânia: Alternativa, 2001.

RISTOFF, D. I. **Avaliação Institucional: pensando princípios**. In: BALSAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. 5ª edição. São Paulo: Cortez. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, S. Z. **Avaliação Escolar e Democratização: o direito de errar**. In: Aquino, J. G. (coord.). **Erro e Fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.